



Número: **0010561-51.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 31ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANOEL ANDRADE DA SILVA (AUTOR)		DRIENNY SANTOS DE ANDRADE (ADVOGADO) ABRAAO FIRMINO DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68352344	22/09/2020 13:33	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810501

Processo nº **0010561-51.2020.8.17.2001**

AUTOR: EMANOEL ANDRADE DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

SENTENÇA
Vistos...

1. Relatório

EMANOEL ANDRADE DA SILVA ingressou com o que chama de “**AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT**” em face da **CIA EXCELSIOR SEGUROS DPVAT (COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS)**, todos identificados nos autos, objetivando o complemento de indenização securitária que entende devida, indenização esta derivada do *Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil de Veículo Automotor (DPVAT)*, tendo em vista o acidente que o demandante alega ter sofrido e que resultou em debilidade de natureza permanente.

Disse que, pelo evento danoso, recebeu, a título de indenização securitária, tão somente a quantia de R\$ 2.362,50 (Id nº 59193097 - Pág. 1), quando fazia jus a R\$ 13.500,00, motivo pelo qual postulou pelo complemento, a saber, R\$ 11.137,50. Requereu, ainda, os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, pedido este deferido - Id nº 58399790 - Pág. 1.

A parte demandada atravessou a petição de Id nº 62342424, requerendo a realização de prova pericial.

Foi oferecida contestação por parte estranha ao feito - Id nº 62704484.

A réplica foi apresentada – Id nº 63042689.

Realizada a perícia judicial - laudo de Id nº 66643325 - Págs. 2/3 -, as partes se manifestaram, conforme Ids nº 66815730 e nº 68306821.

É o relatório.

2. Motivação

De início, cumpre dizer que a ré é revel, na medida em que não ofereceu resposta. É certo que, a teor do art. 344 do NCPC, se o réu não contestar, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, no entanto, entende esta magistrada que no presente caso há peculiaridades capazes de relativizar a aludida presunção de veracidade, como adiante pode ser constatado.

A propósito, sobre a relativização, observe-se: “A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz” (STJ- 4ª T.: RSTJ 100/183). E mais: “O juiz pode, inclusive, considerar não provados fatos incontestados nos autos (RT 493/162, JTA 45/190, Lex-JTA 140/344)”.

Pois bem.

Inicialmente, desnecessária a abertura de dilação probatória, ante a realização de perícia médica judicial, sendo certo que, entendo que o ônus probatório tanto pode ser invertido em virtude de



relação de consumo quanto do permissivo contido no §1º do art. 373 do CPC. Nesse sentido: Agravo de instrumento – Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT – Determinação de perícia – Remuneração do perito – Incumbência da seguradora – Possibilidade - Decisão mantida. No caso ora sob exame, a princípio, deve-se ainda levar em conta a condição socioeconômica das partes envolvidas. Lê-se em Theotonio Negrão e outros: "Embora a possibilidade de inversão do ônus da prova diante das peculiaridades da causa não estivesse expressamente contemplada no CPC rev., sua aplicação já era admitida pela jurisprudência: 'Interpretação sistemática da nossa legislação processual, inclusive em bases constitucionais, conforme ampla legitimidade à aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, segundo a qual esse ônus recai sobre quem tiver melhores condições de produzir a prova, conforme as circunstâncias fáticas de cada caso' (STJ-3ª T., REsp 1.286.704, Min. Nancy Andrighi, j. 22.10.13, DJ 28.10.13). No mesmo sentido: RT 924/607 (TJSP, AI 0062559-76.2012.8.26.0000)" (Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. 47ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Nota 7 ao art. 373, página 446) - Além disso, é possível ao juiz inverter o ônus da prova para facilitar a defesa dos direitos do consumidor, quando a alegação deste for verossímil ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência (art. 6º, VIII, do CDC). Agravo desprovido, com observação. (TJSP; Agravo de Instrumento 2049465-46.2020.8.26.0000; Relator (a): Lino Machado; Órgão Julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba - 6ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 04/06/2020; Data de Registro: 04/06/2020).

De resto, cabe pontuar que, para o recebimento da indenização, a legislação aplicável ao seguro DPVAT determina que bastaria a comprovação de simples prova do acidente e do dano decorrente (art. 5º da lei 6194/74), os quais estão devidamente comprovados nos autos tendo em conta o conjunto probatório, com destaque para o laudo pericial, bem como o fato de se tratar de pedido de complementação de indenização.

Ressalte-se que esta magistrada entende que a parte autora deu quitação daquilo que recebeu e não do valor que persegue, sendo cabível a análise da postulação formulada acerca do complemento, acrescentado que o conjunto probatório não evidencia qualquer transação em torno da verba indenizatória recebida a demonstrar qualquer conformismo da parte autora quanto a importância paga. De modo que, não se revelando em renúncia ao direito nem em extinção da obrigação, tem a parte demandante o direito de postular pela complementação da verba indenizatória.

Por fim, entendo os argumentos contidos na petição de Id nº 68306821 não são capazes de invalidar o laudo produzido pelo perito judicial que constatou que a parte autora se encontra acometida de invalidez permanente do membro inferior direito, cujo percentual máximo indenizatório seria 70% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 9.450,00.

No entanto, tendo em vista ser a lesão incompleta, já que o laudo indica sequela definitiva de 75% para a debilidade, deve ser aplicada a redução proporcional da indenização prevista no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei 6194/74.

Pelo laudo, observo que o grau de invalidez é de natureza intensa, em razão disso, deve ser reduzida em 75% a indenização máxima, implicando 75% de R\$ 9.450,00. Portanto, a parte acionante teria direito ao valor total de R\$ 7.087,50. Contudo, como a aludida parte disse ter recebido administrativamente R\$ 2.362,50, faz jus ao complemento de R\$ 4.725,00, valor apurado mediante simples cálculo aritmético.

No que concerne aos juros, creio atualmente ser a partir da citação (Súmula 426/STJ) e a correção monetária a partir do evento danoso (Súmula 580/STJ).

3. Decisão

Por todas estas considerações, **JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA**, condenando a ré a pagar a parte autora o valor correspondente a R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), referente a indenização do seguro DPVAT pela debilidade permanente, sem prejuízo de correção monetária pela tabela/ENCOGE a partir do evento danoso e juros de mora à base 1% ao mês, a contar da citação. Condeno, ainda, a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da



condenação, em sintonia com o art. 85, § 2º do NCPC.

P.R.I. Transcorrido *in albis* o prazo recursal, verifique a Diretoria se há pendência quanto ao pagamento das custas processuais por inércia da parte devedora (demandada), efetuem-se os cálculos das aludidas custas e remetam-se, por ofício, à Procuradoria Geral do Estado, juntamente com cópia da presente sentença e da certidão do trânsito em julgado, observados os limites da Lei 14.731/12. Cumpra a Diretoria Cível, ainda, com o disposto no inciso II do art. 1º do Provimento n.07/19 do CM - TJPE.

Após, archive-se.

Recife, 22 de setembro de 2020.

Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Juíza de Direito

*

